
Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil

Kinship transformations in the Brazilian city of Governador Valadares' migratory context

Igor José de Renó Machado



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/140>

DOI: 10.4000/etnografica.140

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 fevereiro 2010

Paginação: 5-26

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Igor José de Renó Machado, « Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil », *Etnográfica* [Online], vol. 14 (1) | 2010, Online desde 21 outubro 2011, consultado em 18 junho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/140> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/etnografica.140>



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil¹

Igor José de Renó Machado

O artigo propõe uma análise dos novos padrões de *relatedness* construídos no contexto migratório. O lugar escolhido para tal empreendimento é a região brasileira de Governador Valadares, reconhecido centro de emigração internacional. Pretende-se entender como se reconstróem as relações familiares durante a ausência dos migrantes através de três eixos fundamentais: 1) o projeto de produção da *casa*, o envio de remessas e a constituição de outras formas de co-substancialidade; 2) o cuidado com os filhos que permanecem no Brasil e a circulação de crianças no espaço transnacional; e, por fim, 3) a relação com as/os companheiras/os permeada pela distância.

PALAVRAS-CHAVE: parentesco, imigração internacional, família, *relatedness*, gênero, crianças.

INTRODUÇÃO

Recentemente, Janet Carsten (2004) resumiu os caminhos alternativos para a reflexão sobre o parentesco, construídos após a crítica feroz de Schneider (1984). Considerando as perspectivas reunidas por Carsten, este artigo procura explorar esses caminhos em torno da noção de *relatedness*,² termo adequado ao estudo do “parentesco” em contextos como os migratórios. Schneider criticou duramente os estudos de parentesco, por serem etnocêntricos e baseados em noções ocidentais de consangüinidade, talvez impossíveis de serem transpostas para outras sociedades. Carsten (2004) demonstra o impacto da crítica e como

1 Agradeço ao CNPq e FAPESP pelo financiamento da pesquisa. Uma versão inicial e simplificada desse texto foi apresentada na 25.^a Reunião da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em Goiânia, 2006. Agradeço os comentários, críticas e sugestões dos pareceristas anônimos da revista.

2 Fonseca (2007) traduz o termo por “conectividades”. Manterei aqui o termo original.

a noção de *relatedness* foi desenvolvida para dar conta de universos de prática e significação similares aos que na nossa sociedade chamamos de “parentesco”. Essa noção foi inspirada nos trabalhos de M. Strathern e tem como alvo das investidas teóricas a produção de relações entre pessoas. A avenida aberta por estes trabalhos leva a uma mão dupla inesperada: encontramos em “sociedades ocidentais”³ universos de *relatedness* relacionáveis aos de sociedades não ocidentais, que acabam por expandir a nossa própria noção de parentesco. É assim que Carsten lida com o caso de filhos adotados e a relação com as famílias consanguíneas, por exemplo.

O universo que pretendo explorar nesse contexto é o das migrações transnacionais, justamente por forçar uma reordenação das noções nativas de parentesco/*relatedness*, incluindo perspectivas mais amplas. O processo migratório constitui tipos peculiares de famílias,⁴ muitas delas divididas entre espaços amplos, entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos. Assim, analiso algumas novas formas de relação e de construção de projetos familiares num contexto de contínua ausência física. O emigrante parte e deixa, em geral, famílias que dependerão, em alguma medida, do seu trabalho. Como se estrutura a continuidade da relação, quais são as formas de expressar os sentimentos, as conseqüências da ausência prolongada de um familiar, os processos sociais disparados pela existência de famílias constantemente “incompletas”? Estas são algumas das questões que interessa analisar nesse contexto migratório.

Partindo do pressuposto que as pessoas remodelam suas formas de relação, que os sentimentos são intensos, que os projetos de emigração envolvem o desejo contraditório de consolidação de núcleos familiares, pretendemos investigar os novos padrões de *relatedness* construídos no contexto migratório. O lugar escolhido para tal empreendimento é a região brasileira de Governador Valadares, reconhecido centro de emigração internacional. Valadares, cidade situada no Leste do estado de Minas Gerais, é o principal pólo de emigração internacional no Brasil. É a cidade mais importante do Leste e Nordeste de Minas Gerais e é banhada pelo rio Doce, situando-se a 324 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte. Em meados do século passado teve início uma lenta montagem de redes migratórias que, na década de 1980, transformaram a cidade no mais intenso corredor de saída do país. As redes eram e são direcionadas principalmente aos EUA, embora os destinos tenham se diversificado ao longo

3 “Ocidente”, assim como “euro-americano”, são categorias usadas por Strathern (1992). Ambas são amplamente vagas e questionáveis. Elas parecem se referir à Europa (menos a do Sul) e EUA. Sempre resta a dúvida, de um ponto de vista sul-americano, se os países da Europa do Sul e suas ex-colônias fazem ou não parte desse macrocontexto.

4 A noção de família é usada no sentido nativo, que veremos incluir tanto um modelo ideal como um modelo transitório.

da década de 1990. Há vasta literatura sobre Valadares (ver, entre outros, Assis 1999; Soares 1999; Fusco 2001; Machado e Reis 2007).

A escolha não é aleatória, e segue interesses anteriores de pesquisa: desde 2004 venho desenvolvendo e coordenando pesquisas sobre a migração de valadareses para Portugal e, nesse contexto, se nos têm deparado formas de vida familiar e de *relatedness* que consideramos poderem contribuir para o debate mais amplo em torno às perspectivas antropológicas sobre a vida familiar no mundo contemporâneo. Interessa entender como se reconstroem as relações durante a ausência dos migrantes através de três eixos fundamentais: 1) o projeto de produção da *casa*, o envio de remessas e a constituição de outras formas de co-substancialidade; 2) o cuidado com os filhos que permanecem no Brasil e a circulação de crianças no espaço transnacional; e, por fim, 3) a relação com as/os companheiras/os permeada pela distância.

SOBRE FAMÍLIA E MIGRAÇÃO

Os estudos de migração internacional sempre lidaram com a questão da organização da família migrante. Mas o fizeram seguindo as suas duas linhas gerais de análise: nos estudos focados no processo de assimilação, a família migrante era uma organização fadada a assumir as feições das famílias dos países para onde tivesse migrado, e isso em questão de poucas gerações (ver, por exemplo, Park 1922; para uma análise da escola de Chicago, ver Valladares 2005). Já os estudos focados na manutenção das fronteiras étnicas indicavam a persistência da família migrante como possibilidade, embora não estivessem de fato preocupados com os conteúdos da diferença. O foco esteve sempre na existência contínua de grupos étnicos, independentemente da maneira como estes constituíam suas práticas culturais (Glazer e Moynihan 1963). Ou como artefato em extinção ou como dado sem muita importância para a manutenção dos grupos étnicos, as distintas formas de organização das famílias migrantes ficaram fora de evidência.

Os estudos transnacionais trouxeram a necessidade de se pensar a família como um dos elementos estruturantes da transnacionalidade. Como perceberam Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1995), a globalização altera a dinâmica entre espaço e tempo, devido aos avanços tecnológicos em meios de transporte e nas comunicações. Isso afetou a experiência da migração, pois muitos migrantes, longe de se incorporarem à sociedade receptora escolhida, criavam laços extensos não apenas com algumas instâncias da sociedade para a qual migraram como também com a sociedade de origem, nos fazendo pensar, portanto, em “transmigrantes”: “transmigrantes são migrantes cujas vidas cotidianas dependem de múltiplas e constantes interconexões que cruzam fronteiras internacionais e cujas identidades públicas são configuradas em relacionamento com mais de um Estado-nação” (Schiller, Basch e

Blanc-Szanton 1995: 48),⁵ ou seja, criam vínculos culturais, sociais, políticos e até mesmo econômicos tanto com a nação receptora quanto com a nação de origem.

Apesar do transnacionalismo primar pela análise das implicações sociais, políticas e culturais dos movimentos migratórios e do surgimento de inúmeros “choques culturais”, esta perspectiva ampla das migrações ainda não seria capaz, na visão de vários autores, de dar conta da família transnacional, grupos familiares distendidos em vários pontos do globo e que não necessariamente perdem os vínculos familiares quando colocados em novos contextos sociais. São as famílias que organizam, planejam e executam o fluxo entre dois ou mais lugares. Porém, mesmo esses estudos não encaram a produção da família de um ponto de vista antropológico, mas como uma espécie de “dado” natural.

Para Bryceson e Vuorela (2002) as famílias transnacionais são definidas “como famílias cujos membros vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais” (2002: 3), possuindo a capacidade de elaborar e reelaborar vários sentidos de identificação que não são inteiramente apreendidos nos estudos transnacionais ou de migração típicos. Se no “Ocidente” a idéia de família pode estar atrelada à casa, ao ambiente familiar (2002: 28), ou seja, ao “viver em família” cotidianamente, como entender o sentimento de unidade destas famílias cujos membros estão, em boa parte do tempo, ausentes, famílias em que os pais, filhos ou outros parentes migram para outro país de forma a garantir a renda familiar?

Percebe-se, portanto, a necessidade de nos voltarmos para estudos das “micropolíticas e práticas sociais” (Yeoh, Huang e Lam 2005: 307), agora no âmbito da casa e da família, para compreender os processos de reprodução social que, embora influenciados pelos processos macrosociológicos, políticos e econômicos da globalização, não são totalmente perceptíveis no que concerne à organização familiar e sua vida cotidiana. Desse modo, através da família transnacional, é possível identificar uma morfologia social⁶ e sua reprodução dentro do transnacionalismo até então não percebidas. Essa morfologia, porém, é mutável e pode adquirir as mais variadas formas, de acordo com outras variáveis, como o envio de remessas, estratégias específicas, etc.

Como apontam Chamberlain e Leydesdorff (2004: 228), “os migrantes [...] são feitos por suas memórias do seu local de nascimento, sua terra natal, aqueles deixados para trás – interrupções em suas narrativas de vida que requerem re-sequenciamento, remodelagem e reinterpretação”. Vemos, dessa forma, o

5 Tradução livre do original em inglês. O mesmo é válido para as demais referências em inglês citadas aqui em português.

6 O termo é usado por Yeoh, Huang e Lam (2005).

esforço de criação e recriação de subjetividades específicas destes transmigrantes, relacionadas ao seu deslocamento entre fronteiras nacionais e que criam sentimentos de pertencimento e de unidade da família transnacional. Como percebem Yeoh, Huang e Lam (2005), Bryceson e Vuorela (2002) e Baldassar (2007), esses processos hoje são muito influenciados pelas novas tecnologias de comunicação e transportes que permitem à família transnacional estar interligada graças à Internet, aos *e-mails*, telefonemas, faxes, visitas periódicas aos parentes em reuniões familiares, mecanismos que, de acordo com Baldassar (2007: 400), permitem o contato e o suporte emocional entre membros distantes, garantindo assim o “fazer família”, mesmo dentro destes fluxos migratórios transnacionais.

Como observa Canales (2005), o envio de remessas está fortemente atrelado aos fluxos migratórios: as pessoas migram e reorganizam as suas vidas e famílias muitas vezes com base na busca de melhores condições econômico-financeiras, sociais e políticas, deixando para trás vários membros familiares e muitas vezes mantendo o seu vínculo com a família – agora transnacional – através do envio de remessas. Para além das questões econômicas, o vínculo que mantém estas pessoas unidas em uma família e comunidade transnacional se constrói por meio de uma série de símbolos culturais que são trocados no contato entre as duas nações, voltados à própria reprodução familiar, como os valores de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade destes membros que partem para outro país sem se desprenderem da família, enviando remessas nesta confluência de ordem econômica e simbólica: “com o envio de remessas, não apenas dinheiro e mercadorias circulam, como também se permite a reprodução de relações culturais, identidades simbólicas e coletivas” (Canales 2005: 157).

Proponho aqui uma análise da família imigrante transnacional a partir das atuais discussões sobre *relatedness*, ou seja, a partir da idéia de que a produção das relações e as noções de pertencimento são complexas, dinâmicas e distintas. Pretende-se um olhar sobre a produção do parentesco como uma “prática nativa”, buscando o ponto de vista dos sujeitos na própria montagem que fazem de suas relações e não a partir de modelos preestabelecidos.⁷

O PARENTESCO E A CASA HOJE

Janet Carsten (2004: 7) afirma que alguns fenômenos da vida moderna, como os tratamentos de fertilidade, os testes genéticos, a concepção póstuma, a clonagem ou o mapeamento do genoma humano, carregam consigo a possibilidade de colocar em cheque alguns pressupostos fundamentais sobre a construção

7 Parte da discussão apresentada nessa seção foi inicialmente apresentada em Machado, Silva e Kebbe (2008).

das famílias no “Ocidente”. Estes fenômenos colocam em questão o mundo privado das famílias, evidenciando as relações com o Estado, o aparato legislativo, os projetos de nação, e levantam questões sobre a construção da pessoa, o gênero e as substâncias corporais.

Esses questionamentos levam a reflexões sobre a natureza do parentesco. A tradicional distinção entre o que é natural e o que é cultural no parentesco está em risco, e esses fenômenos tendem a embaralhar as percepções tradicionais. Neste ambiente, nossas concepções mais familiares de parentesco estão mudando, pois práticas antes não investigadas como parte dos estudos tradicionais do parentesco começaram a ser analisadas com atenção. Uma nova preocupação com a experiência cotidiana levou a um novo projeto para os estudos de parentesco, agora vistos como referentes a uma área da vida na qual as pessoas investem suas emoções, sua energia criativa e suas novas imaginações. Várias são as dimensões para esses novos estudos de parentesco: casa, gênero, pessoa, substância e técnicas reprodutivas.

No que tange a este artigo, o estudo da *casa* como elemento central na constituição das relações de parentesco e o estudo das considerações locais sobre o que produz a co-substancialidade dos parentes são fundamentais, pois esses fenômenos se entrelaçam com os projetos migratórios de formas inesperadas: as pessoas emigram para construir suas casas e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a co-substancialidade não é mais a convivência e também não é só o sangue, mas o envio de remessas. Perceberemos que um tipo de organização da vida familiar “em estado de migração” é mais flexível do que aquela que se vive normalmente em Valadares, bastante centrada na convivência e na consangüinidade. De certa forma, essa organização flexível é vista como uma forma permissível enquanto se dá a migração e como uma forma de se chegar, após a migração, àquela vida que se vê como mais “correta”. Assim, temos novas perspectivas de análise no cruzamento das migrações internacionais com as novas possibilidades da teoria do parentesco.

Na década de 1980, Lévi-Strauss promovia uma reflexão sobre as “sociedades de casa” (*sociétés à maison*), indicando paralelos entre a valorização do cognatismo em seu interior, uma desvalorização do “idioma do parentesco” e um fortalecimento das esferas políticas e econômicas. A *casa*⁸ aparece como uma pessoa moral, no seio da qual se desenvolvem os principais aspectos da vida social. Autores contemporâneos, como a mesma Carsten (Carsten e Hugh-Jones 1995), têm caminhado para uma “ampliação” das idéias de Lévi-Strauss, levando estas considerações para uma revigoração dos estudos de parentesco. No que se refere a Carsten, vemos que o interesse recai não sobre a idéia da *casa*

8 Entendo casa (sem destaque) como a habitação que dá suporte a uma *casa*, entendida como uma entidade centralizadora de relações de um casal. Faço uma apropriação do conceito de Lévi-Strauss (1986, 1999), discutindo-o ao longo do texto.

como uma pessoa moral (idéia da qual ela se afasta), mas sobre a *casa* como um universo de construção das relações mais fundamentais da vida de pessoas ao redor do globo. Apoiada nos trabalhos de Strathern, que enfatizam como os sujeitos são fruto de relações que constroem e desconstroem ao longo da vida, Carsten elabora análises sobre as relações que se constroem no interior da casa, preocupada basicamente com a noção complexa de substância. Segundo a autora, a comensabilidade se relacionaria à co-substancialidade, estimulando relações variadas (desde proibições de incesto até regras de etiqueta).

Ao reelaborar uma análise sobre a *casa*, Carsten recorre a noções como corpo, pessoa, gênero, substância e parentesco. Analisar essas dimensões do vivido na *casa* é observar outras “relações de parentesco”, que não são consangüíneas, mas são construídas através da moradia em comum. Habitar com outros insere os sujeitos em sistemas de trocas que relacionam e/ou criam parentes. Para a autora, adotar essa perspectiva sobre a *casa* permite escapar às formas para passar a lidar com substâncias, permitindo uma perspectiva processual. Assim, podemos perceber, em diferentes contextos etnográficos, o modo como o parentesco é “feito” em oposição a um parentesco “dado”. A casa aparece como a produtora do parentesco, visto como conjunto de relações que se liberta da oposição entre o “império do código” e o “império da natureza”, na concepção de Schneider (1968).⁹ Como afirmei no começo do texto, importa aqui trazer algumas dessas reflexões para dentro da sociedade onde a regra da natureza (a hereditariedade, a inevitabilidade dos laços sanguíneos, etc.) supostamente impera.

A perspectiva desenvolvida por Carsten sobre a *casa* é obviamente devedora da discussão corrente sobre família no Mediterrâneo, desenvolvida pela antropologia européia desde os anos 60 do século passado. O capítulo que se refere especificamente ao tema no livro de 2004 da autora, por exemplo, parte principalmente da etnografia de Pina-Cabral (1986). Nesse sentido, percebe-se a pertinência do tema ao tratar da emigração valadarense, onde, no fim das contas, estamos em um terreno de influência portuguesa. Assim, as discussões sobre a composição e funcionamento da família no Alto Minho ou no Porto desenvolvidas por Pina-Cabral (1991) são amplamente comparáveis às relações que descreverei mais adiante.

O tema da *casa* também tem sido elaborado de forma sistemática em etnografias desenvolvidas no Brasil, como as de Viegas (2007) entre os tupinambá do Sul da Bahia, ou Marcelin (1999) sobre os negros do recôncavo baiano. Curiosamente, o tema da *casa* é mais explorado no terreno das alteridades étnicas (como populações indígenas e negras) do que no das alteridades de

9 Note-se que esta perspectiva de Carsten é muito influenciada pela crítica de Schneider (1984), num livro no qual ele pouco cita Lévi-Strauss – e, quando cita, é para tratá-lo como um funcionalista, em consonância com críticas anteriores (Boon e Schneider 1974). Autores mais cuidadosos com o trabalho de Lévi-Strauss poderiam argumentar que a teoria da aliança só pode ser sobre a “fabricação” do parentesco, em oposição ao parentesco como um dado *a priori*.

“classe”. Nos estudos das classes altas na Europa, por outro lado, a questão da casa tem ocupado um lugar central, já que para as elites aristocráticas ela é um valor de continuidade e de patrimônio familiar muito relevante (ver, por exemplo, Lima 2003). Também a centralidade da casa nos estudos sobre ruralidade na Europa do Sul teve expressão muito significativa nas décadas de 1980-1990, com o trabalho já referido de Pina-Cabral sobre o Alto Minho (1986), para além do de Sandra Ott (1981). Os estudos brasileiros clássicos sobre as classes trabalhadoras/grupos populares de Luiz Fernando Dias Duarte (1986), Cynthia Sarti (1996), Cláudia Fonseca (2004), Simoni Guedes e Michelle Lima (2006), por exemplo, não lidam com essa perspectiva. O mesmo se pode dizer dos estudos de Gilberto Velho (1986, 2001) sobre as famílias de classe média.

Se o parentesco nas sociedades “ocidentais” era pensado como marcado por uma forte separação entre a ordem da natureza e a ordem da lei, o parentesco não ocidental foi geralmente considerado, em contraste, como uma mistura da natureza e da cultura ou como uma transformação de uma em outra. Estudos como os de Strathern (1992), Weismantel (1995) e Carsten (2004) indicam que em contextos ocidentais essas distinções não são tão claras. É claramente o que acontece nas migrações internacionais, onde os processos de produção da *casa* e de co-substancialidade estão deslocados do eixo da natureza, indicando novas e promissoras análises sobre a constituição destes fenômenos.

A CASA EM VALADARES

Passemos agora à análise dos dados, primeiramente tratando da importância, relevância e necessidade imperiosa da *casa* (própria) entre as famílias transnacionais de Governador Valadares.¹⁰ Tentarei demonstrar, baseando-me no modo como a casa é abordada nos relatos que ouvi sobre as relações familiares e de emigração em Governador Valadares, que a *casa* é um valor moral, mais que um desejo material. No decorrer do artigo tecerei interpretações sobre esse valor, com base nos dados etnográficos recolhidos em campo.

É corrente em Valadares a constatação da importância da casa. Um entrevistado, funcionário da Polícia Federal, afirmava: “O mercado em Governador

10 Os dados se referem a dois trabalhos de campo: o primeiro foi realizado em julho de 2005 por Ellen Saraiva Reis e Lara Rezende e o segundo foi realizado em fevereiro de 2006 por Ellen Saraiva Reis e Alexandra Gomes de Almeida, a quem agradeço pela dedicação e competência. Foram realizadas cerca de 50 entrevistas semiestruturadas nesses dois momentos. Os entrevistados são moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, na terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou que conhece de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verosimilhança para os sujeitos que a contam. Os entrevistados são indicados por nomes fictícios, sem referência à idade ou qualquer informação que os possa identificar.

Valadares está inflacionado porque o emigrante paga por uma casa mais do que o seu real valor.” A importância da casa é manifesta nas situações mais variadas de migração, existindo casos de migração para pagar dívidas a agiotas, contraídas para a compra de casa própria, e migrações com o objetivo específico de comprar uma casa. Um dos entrevistados, Val, também está convencido de que as pessoas migram para ter uma casa e um carro, mesmo que isso signifique ficarem distantes dos filhos. Ele cita o caso de seu primo, que foi em busca desse sonho.

Todos os entrevistados têm uma história que relaciona emigração e casa. Vejamos uma sucessão de rápidos exemplos retirados das narrativas dos entrevistados. Jô tinha o sonho de construir uma casa e, por isso, “foi-se a Portugal”. Um dos filhos de outra entrevistada, Fia, foi para Portugal, ficou quatro anos e depois seguiu para os EUA. Ele quer voltar para o Brasil, mas apenas quando construir uma casa. O noivo de Tatiana foi trabalhar em Portugal para adquirir um carro e a sonhada casa e, quando voltar, eles se casarão. A irmã de Rosa está há dois anos em Portugal, para onde foi com o objetivo principal de terminar de pagar a casa que havia comprado em Governador Valadares. O marido de Carmem também foi em busca da casa própria e, enquanto ele está fora, sua esposa e filhos moram na casa de um irmão do marido, localizada no terreno dos sogros, que também emigrou, mas com a esposa. Rosália também tem o marido em Portugal, em busca da casa própria. Enquanto ele persegue o objetivo, ela mora numa casinha no quintal do sogro.

O estudo nos bairros pobres de Valadares, de onde saem os migrantes na sua maioria, indica a centralidade do casal na estruturação das relações de parentesco, mas o antagonismo que a composição de novas *casas* implica é ainda mais acentuado, pois não há a vontade de “continuar” algumas das famílias originais. Esse aspecto, entretanto, não significa falta de continuidade das *casas*, apenas uma hierarquização sucessiva e contínua das mesmas. Um mesmo conjunto de pessoas que se ligam por parentesco convive com várias *casas* com níveis distintos de capacidade de aglomerar relações e pessoas. Trata-se, por assim dizer, de uma segmentação rápida.¹¹

Cada *casa*, na prática, dura apenas a vida do casal. Morar numa habitação no terreno dos pais é ainda participar da *casa* dos pais, subordinadamente. Temos uma casa “à Lévi-Strauss” em grande medida, pela sua centralidade na organização da estrutura social local, por sua relevância na organização do parentesco e da posse territorial e, claro, por dar impulso à migração internacional, como um atalho rápido para “a centralidade” (Machado 2003).¹² Essa idéia da *casa*

11 Esse argumento foi sugerido por Marcos Lanna.

12 Para uma discussão sobre o conceito de “centralidade” aplicado às relações sociais, ver Machado (2003). O conceito trata de um processo de aproximações “competitivas” a uma imagem ideal de identidade, construída em determinados contextos de poder e representação. O jogo da centralidade tendia a reforçar imagens hegemônicas de identidade e a construir lugares de poder para aqueles que correspondessem de alguma forma a essa imagem.

valadarense (das camadas pobres da população) depende de uma perspectiva dinâmica a respeito da montagem e desmontagem de relações: é uma espécie de *casa* relacional, mais ligada a cada casal como centro de si mesmo.

Aqui, portanto, convém distinguir a casa (habitação) da *casa* (centralidade de relações do casal), pois a segunda ampara a estrutura social e influencia a movimentação internacional. Já a primeira é uma necessidade para a existência da segunda, com a condição de ser descolada da casa (habitação) dos pais. Os emigrantes partem para construir *casas* e, para isso, precisam de recursos para construir uma casa (habitação) que dê condições e sustentabilidade para aquelas. Também devemos matizar esse descolamento da *casa* dos pais, já que não se trata, necessariamente, de pais biológicos: a *casa* com a qual se “rompe” para formar a própria pode ser capitaneada por pais, tios e até não-parentes. Rompe-se com a *casa* na qual se estava inserido anteriormente. Em alguns casos de desamparo social, nem é preciso romper: não se estava relacionado a nenhuma *casa* e a migração é uma tentativa de superar essa situação com uma nova *casa* própria. Em Valadares, a *casa* não chega a durar nem uma geração, tamanha a dissolução promovida pelo “atalho” da migração.

Entre os nossos entrevistados, podemos destacar o caso de João. Ele mora numa casa de seu pai, e isso foi o suficiente para que ele buscasse a própria *casa*, num exemplo de como a importância da *casa* é muito maior do que seu espaço e segurança: é uma questão de autonomia em relação a outrem, às relações de outrem. Mesmo tendo um teto assegurado, João preferiu buscar um teto distante do terreno de seu pai (mas não conseguiu). Recorrentemente, nas entrevistas, percebemos a mesma situação de João: relativamente bem instalados em casas dos próprios pais ou sogros, dentro do terreno da *casa* destes, os entrevistados não se sentiam, no entanto, donos de uma *casa*. O sentimento de ter uma casa e ser dono dela implica uma responsabilidade moral própria e autônoma. Estar dentro da *casa* dos pais significa também estar, de certa forma, preso às relações dos pais (ou equivalentes), ser subordinado a essas relações. O desejo da *casa* própria, num terreno diferente do dos pais, significa um desejo de se desprender das relações que os pais constituíram para construir a própria *casa*, centralizada no novo casal e filhos.

A família de Irani também ilustra o processo de busca da *casa* e de descolamento das relações e bens dos próprios pais: sua irmã mora numa casa conjugada com a *casa* dos pais dela. A própria Irani viu seu marido partir para os EUA e ficar lá por quatro anos, a fim de comprar a casa própria para que eles pudessem sair da *casa* onde moravam, situada sob a casa dos pais. O caso de Isabel é também exemplar: de família de classe média alta, casou-se com um homem de classe média baixa (ex-marido). Moravam numa casa que ficava no mesmo terreno da *casa* dos pais dela e, por causa disso, ela o incentivou a emigrar para tentar uma vida melhor e comprar uma casa própria. O resultado foi desastroso para a família, resultou na separação e, segundo ela, na instabilidade

emocional de suas filhas. A importância da *casa* nos planos emigratórios é tanta que a Associação de Parentes de Emigrantes da Região Leste de Minas Gerais (em processo de formação) tem como objetivo principal auxiliar as famílias no desenvolvimento de projetos de construção de casas, para evitar o superfaturamento na compra dos materiais de construção.

Contraditoriamente, um dos entrevistados, Ciro, destacou que várias pessoas vendem ou hipotecam suas casas para realizar suas viagens. Mas esse ato é sempre o dos outros, nenhum de nossos entrevistados vendeu ou hipotecou a própria casa para financiar a viagem, com a única exceção de Conceição, pois ela e o marido venderam a casa em que moravam para o marido emigrar e juntar dinheiro para comprar uma casa melhor. Diga-se que a casa onde moravam era muito pequena e não comportava a família (nem a constituição de uma *casa*). Esse risco não é novidade, nem inconsciente: todos aqueles que se arriscam na aventura migratória têm plena consciência desse perigo. Todos sabem que as relações serão colocadas em risco. Isso apenas atesta o valor que a *casa* própria, como um lugar de reconstrução de centralidades nas relações, tem para os sujeitos. Importa estar livre das relações dos próprios pais: sair da *casa* dos pais, às vezes da casa que pertence aos pais. Esse desrelacionamento é a única possibilidade de assumir um lugar central nas relações que se pretende estabelecer, principalmente em relação aos próprios filhos. Basicamente, os aventureiros do projeto migratório familiar querem reproduzir a centralidade de relações que seus pais parecem ter, mas em relação aos próprios filhos.

Há casos de viagens de pessoas que já têm casa própria, e nesses casos, em geral, apenas um membro da família nuclear está ausente e o resto da família mora na casa já possuída. Mas há um discurso moral, entre os entrevistados, que claramente condena esses casos. Késia, uma das nossas entrevistadas, conclui que quem tem casa própria e um carro não deveria tentar a vida fora do país, pois o risco e o prejuízo para a família podem ser grandes. Carmem, outra entrevistada, também emite julgamentos morais sobre a emigração: não considera correto uma pessoa que já possui casa e carro emigrar, devido ao risco em que isso coloca a manutenção da estrutura familiar. Seja como desejo principal, ou como crítica aberta a quem “ameaça” a família com a migração apesar de já possuir a *casa*, os entrevistados estabelecem uma relação entre a *casa*, a emigração e o perigo que esta impõe sobre o projeto familiar.

Durante a ausência de um ou de ambos os membros, a casa (habitação ainda não própria), na qual as suas relações vinham sendo construídas, resulta incompleta: um marido ausente significa a ausência da produção cotidiana do parentesco, da co-substancialidade, das relações. Contra essa incompletude paira o risco constante de esfacelamento e dessubstancialização, e o elemento crucial desse risco é o sêmen alheio (como veremos na parte que discute a fofoca) ou a hiperprodução de substância (filhos fora do casamento). Mas a necessidade de uma reafirmação da continuidade da relação, seja pelo envio

da remessa (homens), seja pela fidelidade (mulheres), indica, por outro lado, o valor da co-substancialidade como processo importante de construção do parentesco.

FILHOS¹³

Os filhos são para seus pais um grande dilema, fruto de angústias e sofrimentos. O fato é que muitos pais e mães têm que conviver com a ausência de seus filhos quando partem para o exterior. E os filhos convivem com a ausência de um ou ambos os pais durante longos períodos de tempo; às vezes, a separação é definitiva. Organizar a vida dos filhos na ausência dos pais ou de um deles é um problema muito sério. Quem tomará conta dos filhos? Eles serão bem tratados? Haverá recursos para enviar e sustentar as crianças? Deve-se levar os filhos? Deve-se levar todos os filhos?

Narrarei alguns casos relativos a essas escolhas, a título de exemplo. Uma amiga da entrevistada Joelma voltará aos EUA levando apenas uma das filhas, enquanto a outra ficará com a avó materna, que mora no mesmo bairro. Há um certo conformismo gradual com a distância e, como nos disse Joelma, os filhos já não sentem tanto a falta. Cláudio, por sua vez, em entrevista nos contou de seu pequeno primo, cujo pai está em Portugal: o menino não conhecia o pai e sempre perguntava por ele, só o via pelas fotos. Outra entrevistada, Lucimar, tem um filho do primeiro casamento que mora com a avó paterna: a criança foi criada pela avó e visitava a mãe em alguns finais de semana. O atual marido estava em Portugal havia três anos, planejava migrar definitivamente para Portugal e pretendia levar o enteado. Segundo Lucimar isto era muito bom, “pois lugar de filho é junto ao pai”.

São mais comuns os casos onde o pai está ausente no exterior, seguido do caso no qual ambos os pais estão fora. Os casos de mãe ausente são mais raros e nesta situação preponderam os casos onde a separação do casal aconteceu anteriormente à migração. Há uma lógica, portanto, na organização do parentesco que dita o “abandono” mais ou menos temporário dos filhos: a ausência do marido é a mais tolerada, seguida da ausência do casal e da ausência da mãe, mas apenas quando ela já está separada. Em nossas entrevistas, encontramos apenas uma história sobre mãe ausente com marido e filhos no Brasil. Assim, há uma determinação do lugar da mãe que é muito forte, pois ela em geral é substituída por uma mãe segunda (no caso, alguma das avós) no caso da migração do casal. Mas a essa importância do lugar da mãe está relacionada uma discriminação latente em relação à mulher do marido ausente: passam a serem

13 Trato aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar” (Fortes s/d.) e de emigração de casados, solteiros/as com filhos ou divorciados/as com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros sem filhos, em relação aos quais essa análise que proponho deve ser reavaliada e ponderada.

tratadas como espécies de “viúvas de maridos vivos” e, portanto, potencialmente perigosas. O lugar de “viúva de marido vivo” é uma ameaça às demais mulheres casadas e à honra do marido ausente. Elas são submetidas a intensa vigilância, portanto.

Os casos em que os filhos não ficam com os avôs parecem inspirar pena nos entrevistados, como uma alteração da ordem natural das coisas e como uma situação de potencial desajuste. Mas há outros vários ajustes, em relação aos filhos. Um exemplo é o caso da tia da entrevistada Sabrina: ela e o marido migraram e os três filhos ficaram no Brasil, morando sozinhos (já tinham mais idade). Esses arranjos são temerários, do ponto de vista dos entrevistados, por eles considerarem que resultam, muito frequentemente, em desvios de comportamento dos filhos, os quais são por eles atribuídos a uma condição de filhos “abandonados”. Um dos primos de Sabrina, filho dessa tia, começou a se “envolver com drogas” e o casal decidiu levar também os filhos para Portugal: primeiro o mais novo, depois os dois mais velhos.

As histórias que se contam desses arranjos alternativos têm em geral um tom trágico: uma amiga de Sabrina, já mãe de uma filha adolescente, casou-se novamente e teve outra filha. Ela se separou e decidiu migrar para Portugal, deixando a segunda filha com o pai e a primeira morando sozinha. O desfecho também foi preocupante: mediante os comentários de que a menina se envolvia com prostituição, a amiga de Sabrina voltou para buscá-la. Esses dois exemplos indicam histórias moralizantes, que são quase pedagógicas, pois tendem a desestimular arranjos alternativos para deixar os filhos. Deixar filhos sozinhos é um problema que levará ao envolvimento destes com ambientes recrimináveis. Os pais deverão, no fim das contas, necessariamente resgatá-los e estabelecer a ordem moral de que o lugar dos filhos é junto aos pais.

Outro arranjo alternativo foi o de Mariléia, que, por causa das fofocas de que estaria traindo o marido, decidiu segui-lo na emigração, tendo de deixar os filhos. Primeiramente, deixou-os aos cuidados de uma moça que foi paga para isso, mas os filhos teriam sido “muito maltratados”. Depois foram morar com a avó materna e também não deu certo, por motivos que a entrevistada não quis esclarecer. Agora, Mariléia prepara os filhos para morar com uma sua amiga, de quem os filhos, duas meninas e um menino, gostam muito. Mariléia resigna-se ao fato de ficar longe dos filhos, pois acredita que esses já se acostumaram à distância. O caso de Mariléia também é exemplar por demonstrar um pouco da dinâmica da fofoca e do lugar da “viúva de marido vivo”. Sob estrita vigilância, partiu para a migração com o marido, para não ver o casamento acabar. Mas para fazê-lo deixou os filhos em situações consideradas arriscadas.

Joaquim, por sua vez, ilustra dois casos em relação às crianças e a migração: seu filho emigrou após se separar e deixou no Brasil sua filha, que sofreu muito no princípio, “ficando nervosa”. Mas agora, acostumada, já não sente mais a falta. Uma ex-namorada de Joaquim também migrou, deixando com a mãe

três filhos. O fato é contado em tom de desaprovação, mas a ressalva é que ela nunca deixou de mandar o dinheiro para sustentar as crianças, o que significa que ela tem tido o cuidado de manter ativos os laços e as relações com os filhos e com a sua mãe, que toma conta dos pequenos. Também esse exemplo ilustra outra dinâmica comum: quando a mãe (ou o casal) pensa em trazer os filhos, em geral não pode trazer todos, se tem mais de um. A escolha, então, recai geralmente no mais novo, aquele que é visto como o mais vulnerável entre os filhos. É por isso que a ex-namorada de Joaquim voltará logo para levar a filha mais nova (com sete anos) para Portugal.

Quando as famílias, de antemão, estão estruturadas de formas distintas daquela considerada pelos nossos entrevistados moralmente adequada, a migração aparece como uma opção perigosa. É o caso de Tatiana, que, embora queira muito emigrar, não pretende fazê-lo. Separada e com uma filha pequena, não teria como levá-la. Teria de deixá-la com a própria mãe, avó da menina. Mas isso abriria ao ex-marido a possibilidade de pedir a guarda da criança, o que Tatiana teme muito. Assim, para não correr o risco, decidiu não emigrar e ficar perto da filha.

Mas mesmo o arranjo dos filhos que ficam com avôs paternos ou maternos não é tão bem recebido assim. Um dos assistentes sociais integrantes do Conselho Tutelar da cidade nos disse que, quando os avôs têm idade avançada, não conseguem controlar e educar os netos, podendo “ocasionar” casos de prostituição e consumo de drogas, os dois cenários mais temidos. É o caso da sobrinha de Sebastiana, que migrou para Portugal e deixou sua filha com a mãe (avó materna). Mas a irmã de Sebastiana (a avó materna da menina) não “deu conta” de cuidar da menina, que estava dando “muito trabalho”. A mãe, então, decidiu levar a filha para Portugal também. Por outro lado, o caso contrário pode acontecer: uma amiga de Paulo foi para Portugal e deixou o filho com a sua mãe. Em Portugal teve outro filho com um português e não pensa em voltar ao Brasil e nem em levar o filho, mas a avó, segundo Paulo, não permitiria, pois o menino é “como se fosse filho dela” e estava com a avó desde pequenino. Aqui temos um caso em que a migração levou a uma reestruturação das relações familiares com carácter definitivo: a avó “passou a mãe” e a mãe aceitou o fato.

Os casos que chegam ao Conselho Tutelar relacionados à imigração são muitos e, em geral, tratam de denúncias de maus tratos às crianças de pais ausentes, ou de mães que não cuidam “direito” dos filhos enquanto o marido está ausente. Muitas vezes as denúncias são feitas pelos próprios pais que estão no exterior. O processo da migração, segundo o assistente social referido, acarreta também muitas disputas pela posse das crianças. Quando o Conselho Tutelar, por exemplo, constata que determinadas crianças são bem criadas tanto pelos avôs maternos quanto pelos avôs paternos, a disputa pela guarda chega à justiça. Há também o caso de pessoas que disputam a posse das crianças apenas

pelos recursos que são enviados pelos pais para o seu sustento. Em geral, isso acontece quando se trata de “pessoas mais distantes”, como babás, amigos ou parentes distantes. Com avôs, mais frequentemente, isso não acontece.

Aqui temos a evidência de uma lógica relacional no trato com as crianças: elas estão bem se se mantiverem dentro das relações originais da casa dos avôs, as mesmas em relação às quais os pais pretendem ganhar autonomia ao formarem a *casa* nova. Essas relações são vistas como as que naturalmente acolherão bem as crianças, mesmo com o risco de que, com a idade avançada dos avôs, estes não consigam educar os netos. Mas os outros arranjos que fogem a esta lógica são condenados em dois sentidos: podem levar os filhos para os dois caminhos mais temidos (a droga e a prostituição) e também sujeitam os filhos à eventual ganância e maus tratos de quem foi pago para cuidar deles. A constatação que podemos fazer é que cuidar dos filhos não é algo que deva ser pago, ou seja, cuidar dessas crianças deve ser integrado em processos relacionais (de *relatedness*). O dinheiro é enviado não para pagar a quem cuida, mas para sustentar os filhos e manter a relação. O dinheiro entra como fluxo de substância “à distância”, produzindo o bem-estar material dos filhos (alimentação, roupas, escola, brinquedos, etc.) e amarrando as relações na ausência física dos pais, que se fazem sempre presentes através das “remessas”. Tal fato leva-nos a considerar explicitamente que estas “remessas” não são feitas equivaler, simplesmente, a dinheiro. Elas são efectivamente uma substância de *relatedness*, um elo constituído tanto pelo dinheiro como pelo processo migratório e o projeto familiar.

A contradição desse processo de emigrar para constituir a própria centralidade do casal na migração é que, para fazer isso, muitos acabam por acentuar a centralidade daquelas relações que pretendem abolir: é o caso dos casais que migram e deixam os filhos sob a guarda de uma das avós. São muitos os exemplos onde a migração é feita em dupla, simultaneamente ou não (em geral, o marido migra primeiro e depois leva a mulher). Quando isso acontece, via de regra, os filhos do casal (quando existem) são criados pela avó materna.¹⁴ Como demonstrou Fonseca (2004), a própria idéia de “criação” é uma fabricação de parentesco por vias não necessariamente consanguíneas. No caso das avós, além das formas de “criação”, ou seja, a convivialidade cotidiana, a comensalidade e o cuidado, as relações são intensificadas pelos laços consanguíneos. Nesse caso, os filhos do casal ficam mais e mais ligados às relações dos avôs, aquelas das quais os pais pretendem se distanciar para constituir a própria centralidade. Ou seja, o projeto dos pais de construir a *casa* pode submeter a própria família a uma acentuação daquelas relações das quais se pretendia afastar.

14 Mas são também comuns os casos de criação pela avó paterna.

A vontade do casal que migra junto, em geral, é a de acentuar a capacidade de acumular recursos e voltar antes, além de preservar a própria relação dos riscos da separação (impostos pela ausência do marido ou da esposa). Nesses planos não cabem os filhos, num primeiro momento. Isso os leva a uma dependência em relação àqueles que vão cuidar dos filhos na ausência do casal. O desfecho dessas situações pode ser um retorno que vai se adiando e, nesse caso, os filhos vão “passando” cada vez mais para os avôs: ou seja, a co-substancialidade amplia-se num grau que já se torna quase irreversível. Mesmo quando o casal volta e constrói a *casa*, há casos em que os filhos continuam morando com os avôs. Ou então acontece tudo conforme o planejado, e os pais voltam logo com os planos realizados e conseguem conquistar a *casa* própria, tão almejada. Outra saída também freqüente é a constatação de que os planos não serão facilmente atingidos ou de que, enfim, a vida no exterior pode ser melhor que a vida em Valadares: nesses casos, os planos da *casa* própria são transferidos para o exterior, como novo lugar de construção das relações centralizadas, tão importantes para as pessoas. Nesses casos, a primeira atitude dos casais é trazer os filhos para o exterior, processo que vai alimentar um mercado paralelo de “transportadores de crianças”, que podem ser desde parentes até pessoas pagas para realizar tal travessia. Há, claro, soluções intermédias e casos variados: famílias que se estruturam permanentemente à distância; casais que levam apenas alguns dos filhos para o exterior, etc.

FOFOCA

Uma questão importante se relaciona à ausência dos maridos no cotidiano de suas esposas que permaneceram no Brasil: as entrevistas demonstram como há uma suspeição permanente sobre as mulheres, em geral capitaneada pela família do marido ausente. O mesmo não se pode dizer quando é o marido que fica, já que tivemos acesso apenas a uma história com esse teor. Quando é o casal que muda, obviamente, não acontece nada disso, embora muitas vezes a mulher emigre posteriormente para juntar-se ao marido, justamente para se livrar das fofocas geradas pela situação de separação. A *casa* como centro das relações de um núcleo familiar só funciona se for, na percepção dos entrevistados, completa, isto é, tem que ter o marido, senão é vista como suspeita, ameaçadora. Assim, os arranjos alternativos que ocorrem durante a migração são também vistos como perigosos. As mulheres nesta situação têm como alternativa uma reordenação da moradia, trazendo as próprias mães para morar com elas. De certa forma, a mãe substitui a figura do marido, dando “confiabilidade” àquela casa. A entrevistada Joelma nos conta, por exemplo, como alguém, que ela imagina ser da família do marido, denunciou-a ao Conselho Tutelar, porque não cuidaria bem dos filhos. A visita do Conselho nada pôde

provar, mas ela ficou em alerta redobrado contra as fofocas que a sua situação de “viúva de marido vivo” desperta.

A maior fonte de fofoca, como se pode imaginar, é o comportamento sexual da esposa do migrante ausente: suspeitas de traição explicitamente associada ao relacionamento sexual com outro parceiro podem acabar com o relacionamento, fim que é consumado com a interrupção das remessas de dinheiro. As remessas são, portanto, transformações da co-substancialidade, reforçando sua importância neste contexto. Rônio nos conta que a respeito de sua mulher nunca surgiram comentários, pois ela preferiu morar com a própria mãe, evitando ficar sozinha com os filhos. Aconteceu com Rônio o contrário, também muito freqüente: as fofocas diziam que ele havia arrumado outra família em Portugal. Aqui temos uma situação similar e inversa à traição feminina apenas na aparência: a traição masculina não ameaça tanto o casamento, uma vez que o dinheiro da remessa continue fluindo. Ou seja, a capacidade de produzir substância que alimente e construa as relações é eminentemente masculina, não cabendo à mulher muito que fazer quando recebe denúncias. Ela não pode ter certeza, e enquanto o marido envia o dinheiro há a evidência de que o casamento e os planos originais continuam a existir. O desnível das relações entre homem e mulher fica evidente no peso da traição de cada um: se a mulher trai o casamento tem grandes chances de acabar, se o homem trai o casamento não acaba necessariamente. O diferente papel de gênero assumido nestas relações familiares é de sublinhar. O fim das relações só ocorre com efetividade se o marido/pai deixar de enviar remessas e por isso é ao homem que se atribui, em todos os casos, a iniciativa de terminar uma relação.

Em outro caso, a mulher do tio de Gildásio trouxe a irmã para morar com ela quando o marido emigrou: ficar só em uma casa com os filhos parece altamente reprovável numa lógica moral nativa. Às vezes, mesmo morando com outras pessoas, a fofoca ameaça casamentos: foi o caso do irmão mais velho de Sabrina, cuja esposa foi morar com a mãe, mas mesmo assim foi alvo de suspeitas. Mariléia lembra que, quando seu marido foi para Portugal, “colocaram até homem na minha cama”. O sentimento de falta de proteção foi tão grande que ela preferiu emigrar e deixar os filhos, para salvar o casamento. A vigilância também implica em discriminações às amizades das esposas. Joelma nos conta que teve de abrir mão de uma amizade com uma mulher que tinha o marido no exterior, já que ela tinha fama de traí-lo e a família do esposo de Joelma não via com bons olhos essa amizade, que poderia, de certa forma, “contaminá-la”. Creuza nos contou que seu casamento ruiu devido à fofoca de vizinhos, que atingiu a honra do marido. Embora jurasse inocência, o marido não aceitou suas argumentações e o casamento acabou.

Waldecí também nos relatou sobre o enorme preconceito que atinge as mulheres cujos maridos emigraram. Ela nos disse que muitas delas, para evitar qualquer “conversa”, vão morar com as próprias mães e algumas até chegam a

morar com as sogras. Vemos que esse preconceito implica em novas configurações de moradia, enquanto o projeto da migração se desenvolve. Acontece uma reorganização da casa, pois a mulher não deve morar sozinha com os filhos. Carmem também nos contou que a presença da mãe sempre ajuda a evitar o surgimento de “conversas” e, além disso, ela ajuda a criar os filhos. É o caso da própria Carmem, cuja mãe mora com ela desde que o marido emigrou.

A sexualidade da mulher com algum outro homem que não o marido representa, em suma, uma ameaça à *casa* que se pretende construir, como uma intrusão de substâncias indesejadas, como sinal de desonra do homem. Por isso a circulação de boatos sobre a integridade sexual das mulheres que ficam é tão relevante no cenário de Valadares: os boatos podem destruir os projetos de *casa* de um casal, e a responsabilidade pelo falhanço cabe muito mais à mulher, numa clara assimetria. Os homens podem, ou podem mais que as mulheres, ter relações extraconjugais quando ausentes, pois, segundo as perspectivas dos entrevistados, parece que isso não ameaça os projetos da *casa*, a não ser que resulte em um abandono do projeto original. O problema da traição masculina é a possibilidade de criar novos filhos, e um novo projeto de *casa*, agora no exterior, às escusas do plano original. Há, nesse caso, uma produção de relações, permeadas pela abundância de substâncias (a produção de filhos), que se sobrepõe às relações anteriores, geradoras do projeto inicial de migração. O primeiro sintoma da dessubstancialização das relações “originais” é a interrupção do fluxo de dinheiro. Enquanto o fluxo de dinheiro se mantém, ele opera como um substituto para as relações produzidas no interior da *casa* e como uma espécie de sangue simbólico, que prende e mantém as relações operantes e os planos iniciais em vigor.

A traição feminina é mais condenada, pois parece que a desonra que ela implica também dessubstancializa violenta e rapidamente aquelas relações do casamento: é como se o sêmen alheio fosse já uma substância que desonra o marido e contaminasse definitivamente um conjunto de relações, levando ao seu fim imediato. Nesse caso, o que resta é a briga pela posse dos filhos, as disputas sobre a manutenção legal do fluxo de dinheiro – agora como forma de “pensões” e, portanto, como bem material para pagar despesas e não tanto como substância constitutiva do projeto familiar – e as desavenças entre a ex-mulher e a família do ex-marido ausente. Em muitos momentos, a fofoca causa a suspensão temporária do projeto migratório e o marido retorna para certificar-se da veracidade ou não dos boatos. Essas voltas são seguidas de grandes rupturas ou pela normalização do relacionamento e a subsequente volta do marido para a migração.

É por causa dessa suspeição compulsória das “viúvas de marido ausente” que muitas delas adotam a estratégia de morar nas casas (ou, melhor, no terreno) dos sogros, para manterem-se conscientemente sob vigilância, ou ainda trazem para morar consigo suas próprias mães, num sinal de que a casa não

está vazia. A submissão voluntária a essas estratégias de legitimação do comportamento atestaria publicamente o comprometimento com o projeto migratório da família, no desejo de construir a *casa* própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos aqui expostos indicam que o império da natureza na produção do parentesco pode ser relativizado por práticas outras de *relatedness*. As relações podem ser fortalecidas ou enfraquecidas com a ausência prolongada, e tudo depende da manutenção das relações através de outros meios que não o da convivialidade: a circulação de remessas de dinheiro aparece como uma transformação dessas relações que definiriam uma *casa*. A sua manutenção ao longo do tempo significa que os planos originais de constituir a própria *casa* estão ainda sendo construídos. A *casa* significa, nesse contexto limitado que me dispus a analisar, a produção de relações centradas nas pessoas do casal que a constituem, significando uma hierarquização: ou seja, um rompimento não com os próprios pais, mas com as relações que os pais centralizavam. Com a *casa* própria é possível construir as relações com os filhos como centrais na condução da vida. Assim, a *casa*, nesse contexto, seria um índice de autonomia e centralidade de relações (de parentesco). O processo instaurado por essa necessidade resulta numa fragmentação constante dos núcleos familiares. Porém, esse processo implica mais em uma continuidade, na sucessão de *casas* das quais se faz e fez parte, do que em uma descontinuidade.

Percebemos uma tensão constante, na fala dos entrevistados, entre a idéia de desestruturação da família e os planos e projetos familiares. Os fracassos e brigas gerados no seio da emigração são contrastados e contrapostos aos casos onde os planos foram bem sucedidos, nos quais a casa foi comprada e a família se reorganizou em novos patamares: ou seja, quando a *casa* própria e a sua sustentação ao longo do tempo garantem uma centralidade nas relações do casal. A tensão entre um modelo familiar “com ausência” permitida e o desejo de um modelo familiar tradicional resulta numa flexibilização¹⁵ (mesmo que temporária) das formas de viver a conjugalidade e mudanças radicais na educação e criação dos filhos. Persiste também uma constante ameaça de o sonho ruir perante as pressões da situação de migração.

O que fica evidente é a preponderância de um modelo ideal de família centrado na família nuclear com a presença de ambos os pais. Parece que uma *casa* só pode existir nesse modelo tradicional. Entretanto, vimos que esse modelo é flexibilizado enquanto dura a migração. A presença é transformada: não é já necessariamente algo físico, mas sim a intenção de continuar as relações pelo

15 Uma flexibilização enviesada em termos de gênero, pois é muito mais flexível para os homens, enquanto as mulheres são objeto de uma grande vigilância social.

envio de remessas. Esse modelo, porém, está constantemente envolto numa esfera de perigo, segundo os valadarenses dos bairros pobres que entrevistamos. Esse risco associado à migração pode ser entendido, em grande medida, como endereçado justamente aos arranjos familiares de substituição da co-substancialidade. Nesse sentido, teríamos uma valorização do modelo “tradicional”, em oposição às transformações “arriscadas”.

Os riscos na perseguição desse projeto através da emigração ficaram evidentes: o desejo de centralidade de novas relações pode significar o esmaecimento de qualquer relação. Pais podem “sumir” e deixar de enviar dinheiro, encerrando o projeto. Casamentos podem ser rompidos pela fofoca. Filhos podem ser deixados sob riscos de maus tratos, ou podem, ao contrário, inserirem-se tanto nas relações de seus avôs que não mais sairão para constituírem as relações dos pais. Nesses casos, os avôs se transformam em pais por meio da convivialidade, criação e produção de co-substancialidade. O projeto de constituição da *casa* própria pela via da emigração põe em risco as relações que pretende centralizar, mas continua sendo forte o suficiente para estimular a ação de inúmeras pessoas em Governador Valadares.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Gláucia, 1999, “Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA”, em Rossana Rocha Reis e Teresa Sales (orgs.), *Cenas de Um Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial, 125-166.
- BALDASSAR, Loretta, 2007, “Transnational families and the provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance”, *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 14 (4): 385-409.
- BOON, James, e David M. SCHNEIDER, 1974, “Kinship vis-a-vis myth contrasts in Lévi-Strauss’ approaches to cross-cultural comparison”, *American Anthropologist*, 76 (4): 799-815.
- BRYCESON, Deborah, e Ulla VUORELA, 2002, *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks, Cross-Cultural Perspectives on Women*. Oxford, Berg.
- CANALES, Alejandro, 2005, “The role of remittances in the transnational family relationships configuration”, *Papeles de Población*, 44: 137-158.
- CARSTEN, Janet, 2004, *After Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CARSTEN, Janet, e Stephen HUGH-JONES (eds.), 1995, *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAMBERLAIN, Mary, e Selma LEYDESDORFF, 2004, “Transnational families: memories and narratives”, *Global Networks*, 4 (3): 227-241.
- DUARTE, Luiz Fernando, 1986, *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/CNPq.

- FONSECA, C. L. W., 2004, *Família, Fofoca e Honra: Etnografia de Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- , 2007, “Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações”, *Cadernos Pagu*, 29: 9-35.
- FORTES, Meyer, s/d., “Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico”, *Textos de Aula: Antropologia*, 6 (UNB).
- FUSCO, Wilson, 2001, “Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos”, *Migrações Internacionais: Contribuições para Política*. Brasília, CNPD.
- GLAZER, Nathan, e Daniel P. MOYNIHAN, 1963, *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- GUEDES, Simoni, e Michelle LIMA, 2006, “Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores”, em Myriam L. Barros, *Família e Gerações*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 131-163.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1986, *Minhas Palavras*. São Paulo, Brasiliense.
- , 1999, “História e etnologia”, *Textos Didáticos*, 24 (IFCH/UNICAMP).
- LIMA, Antónia Pedroso de, 2003, *Grandes Famílias, Grandes Empresas: Ensaio Antropológico sobre Uma Elite de Lisboa*. Lisboa, Dom Quixote.
- MACHADO, Igor José de Renó, 2003, *Cárcere Público: Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutoramento.
- MACHADO, Igor José de Renó, e Ellen Saraiva REIS, 2007, “Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal”, *Teoria e Pesquisa*, XVI (1): 153-166.
- MACHADO, Igor José de Renó, Cristina Rodrigues da SILVA, e Victor Hugo KEBBE, 2008, “Notas sobre a família transnacional”. *REMHU*, 30: 79-98.
- MARCELIN, Louis Herns, 1999, “A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano”, *Mana*, 5 (2): 31-60.
- OTT, Sandra, 1981, *The Circle of Mountains: A Basque Shepherd Community*. Oxford, Clarendon Press.
- PARK, R. E., 1922, *The Immigrant Press and Its Control*. Nova Iorque, Harper.
- PINA-CABRAL, João de, 1986, *Sons of Adam, Daughters of Eve: The Peasant Worldview of the Alto Minho*. Oxford, Clarendon Press.
- , 1991, *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.
- SARTI, Cynthia, 1996, *A Família como Espelho: Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. Campinas, Autores Associados.
- SCHILLER, Nina Glick, Linda BASCH, e Cristina BLANC-SZANTON, 1992, “Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration”, em Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton (orgs.), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*. Nova Iorque, Annals of the New York Academy of Sciences, 645: 1-24.
- , 1995, “From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration”, *Anthropological Quarterly*, 68 (1): 48-63.
- SCHNEIDER, D., 1968, *American Kinship: A Cultural Account*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- , 1984, *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- SOARES, Weber, 1999, “Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano”, em Rossana Rocha

- Reis e Teresa Sales (orgs.), *Cenas de Um Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial, 167-192.
- STRATHERN, Marilyn, 1992, *Reproducing the Future: Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Nova Iorque, Routledge.
- VALLADARES, Lucia, 2005, *A Escola de Chicago: Impacto de Uma Tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- VELHO, Gilberto, 1986, *Subjetividade e Sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- , 2001, “Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias”, *Interseções: Revista de Estudos Disciplinares*, 2: 45-52.
- VIEGAS, Susana de Matos, 2007, *Terra Calada: Os Tupinambá no Sul da Bahia*. Coimbra, Almedina; Rio de Janeiro, 7 Letras.
- WEISMANTEL, Mary., 1995, “Making kin: kinship theory and Zumbagua adoption”, *American Ethnologist*, 22: 685-709.
- YEOH, Brenda, Shirlena HUANG, e Theodora LAM, 2005, “Transnationalizing the ‘Asian’ family: imaginaries, intimacies and strategic intents”, *Global Networks*, 5 (4): 307-315.

Kinship transformations in the Brazilian city of Governador Valadares’ migratory context ♦ Igor José de Renó Machado ♦ Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e CEMI (UNICAMP), Brasil ♦ igor@ufscar.br

This paper intends to investigate the new patterns of relatedness constructed in the migratory context. The place chosen for such enterprise is the Brazilian region of Governor Valadares, known as a center of international emigration. It aims to understand how the family relations are reconstructed during the absence of the migrants, through three basic axes: 1) the project of production of the *house*, through the sending of remittances and the constitution of other forms of co-substantiality; 2) the care with the children who remain in Brazil and the circulation of children in transnational space; and, finally, 3) the relation between couples divided by the distance.

KEYWORDS: kinship, international immigration, family, relatedness, gender, children.